

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .

Aos três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, o secretário geral do CMS, Roberto dos Santos, inicia os trabalhos convocando o 2º secretário, João Athayde e o representante da SMSA, Secretário Adjunto, conselheiro Apolo Henriger para compor a mesa, justifica a ausência da 1ª secretária, conselheira Sônia Santos e faz a leitura da seguinte pauta: 1 – Informes; 2 – Orçamento financeiro da SMSA para 1999; 3 – Relatório Financeiro do 1º e 2º semestre/98; 4 – Contrato administrativo. Informa que o 5º ponto de pauta que seria da Resolução feita pelos conselheiros trabalhadores foi retirada por solicitação dos mesmos. No 1º ponto de pauta, os informes, o secretário geral Roberto comunica a realização do V Encontro Nacional de Entidades de Usuários e Famílias do Movimento da Luta Antimanicomial, que se realizará de 10 a 13/12, em Betim, faz a leitura da programação do evento. Informa sobre o convite do prefeito de BH, Dr. Célio de Castro, para a Pré Conferência do OP Cidade, de 04/12 a 06/12/98, faz a leitura do convite do presidente da Câmara dos Vereadores, Sávio Souza Cruz para solenidade de entrega de medalhas do mérito legislativo, dia 04/12/98, às 15:00 horas, acrescenta que os conselheiros Evaristo Garcia e Sebastião Ferreira estão entre os homenageados, comunica que houve intervenção no Conselho Distrital de Saúde da Pampulha por problemas ocorridos e informa que foram eleitas para representar a região no CMS, Maria Josefina Coelho, como efetiva e Rosemeire Pinto da Silva como suplente. A conselheira Jô Moraes fala da coincidência do horário entre a reunião do CMS e a plenária da Câmara Municipal que a impede de aguardar o ponto 4 da pauta, por isso, antecipa informações sobre a questão do contrato administrativo que tem projeto em tramitação na Câmara, diz que o projeto aprovado em Maio/98 previa dois anos de contrato e esclarece que 44 profissionais médicos que atuam em unidades de emergência não poderiam continuar trabalhando a partir de 31/12/98, acrescenta que há um entendimento na Câmara de que o tempo de duração dos contratos deve ser prorrogados até que a Secretaria providencie o concurso público, existindo divergência quanto ao prazo que seria dado à Secretaria para substituir os contratados por concursados. Diz que a maioria defende que esse prazo seja de um ano, mas o Vereador Alexandre Gomes, defende seis meses, a possibilidade de incluir esse prazo como emenda a um projeto em tramitação que trata de profissionais de saúde da BEPREM, esclarece que sendo por emenda terá que ficar restrito à questão do prazo, não contemplando outros pontos reivindicados como 13º salário, férias e FGTS, que exigiriam longa tramitação, faz a leitura da emenda proposta e informa que está acordado na Câmara, que no próximo ano será prioridade a discussão do concurso público. A conselheira Maria Josefina informa as dificuldades que existem no Conselho Distrital da Pampulha e sobre a Comissão Municipal de AIDS na qual representava o CMS, que segundo diz, não vinha funcionando e está sendo reativada, propõe que seja indicado um conselheiro para participar da Comissão e informa sobre a plenária que ocorrerá dia 17/12/98 das entidades que mantêm a TV Comunitária e pergunta se a SMSA já efetuou o pagamento da participação do CMS entre as referidas entidades. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio, informa sobre o Fórum Nacional dos Prefeitos e manifestações que ocorrerão no dia 10/12/98 em todo país em protesto contra o ajuste fiscal anunciado pelo governo federal, em BH será realizado grande ato na Praça Afonso Arinos durante o dia com maior concentração a partir das 15:00 horas, comunica que está representando o CES e questiona o fato de, segundo diz a atual gestão da SMSA ter assumido há sete meses e não ter havido nenhuma prestação de contas do CMS, denuncia o que chama de desmonte da SMSA, propõe que o CMS cobre a apresentação dos extratos bancários do FMS e exija que a Secretaria esclareça sobre a origem dos recursos gastos com um jornal que, segundo diz, foi feito em material caro, no momento em que o Secretário fala que há um déficit de R\$ 2 milhões no Fundo. A conselheira Gislene fala da questão relativa a um médico do HOB que diz estar recebendo R\$ 11,5 mil por mês, além de ter R\$ 500 mil a receber de ações judiciais, questiona afirmações da diretora daquele hospital de que não haverá problema para pagar esse médico, acrescentando que o HOB tem deixado de realizar exames básicos por falta de funcionário, informa sobre corte nos recursos da construção do metrô e da caravana que irá à Brasília protestar. O conselheiro Evaristo Garcia, informa o Seminário Internacional realizado no dia 18/11/98, na Fundação Osvaldo Cruz sobre Bio-Segurança e questiona o fato de segundo diz, não ter encaminhado pela mesa diretora do CMS, proposta feita por mim, da realização do Seminário sobre Medicina Alternativa. O 2º secretário João Athayde solicita que o conselheiro Evaristo encaminhe sua proposta por escrito e comenta a situação dos trabalhadores do serviço público na atual conjuntura do país e o OP Cidade. O conselheiro José Osvaldo passa informe sobre denúncia de problemas ocorridos no Hospital Eduardo de Menezes e da

55 Conferência Distrital do Barreiro realizada na semana passa, colocando alguns questionamentos dos
56 participantes da Conferência do que consideram excesso de reuniões do CMS. O conselheiro Antônio
57 Gomes, informa que 30% das pessoas que marcam consultas no HOB não comparecem e sua proposta para
58 melhorar o atendimento aumentando o número de consultas marcadas. A ex-secretária geral Simone Dutra
59 diz satisfeita em retornar ao CMS e surpreende com o esvaziamento do plenário, informa sobre Cartilha do
60 Departamento de Odontologia da UFMG que exhibe ao plenário da qual é uma das autoras, informando que
61 será distribuída a todos os conselheiros, ficou surpresa com o fechamento do Centro de Saúde Primeiro de
62 Maio, no qual seus alunos atuam e pede esclarecimentos à SMSA sobre qual unidade passará atender a
63 demanda do Primeiro de Maio. O representante da SMSA Leonardo esclarece informando que as razões do
64 fechamento do Centro de Saúde acrescentando que o fluxo da demanda será atendido nos Centros de Saúde
65 Providência, Guarani e Floramar para onde foram transferidos os trabalhadores do Posto fechado. Após
66 breve discussão e tumulto no plenário, o responsável pelo Orçamento da SMSA, Gilberto presta
67 esclarecimento sobre o déficit das contas do FMS. O secretário adjunto, Apolo complementa colocando que
68 o abono não vinha sendo pago pelo Ministério, mas esclarece que mesmo que houvesse o déficit a proposta
69 da Secretaria é reinvestir o dinheiro do SUS na saúde e não no que chama de indústria da doença, na sua
70 opinião não tem sentido o dinheiro do SUS ser para pagar fornecedor, entendo que é preciso investir na
71 prevenção, inclusive no saneamento básico, nas vilas, o dinheiro gasto no atual modelo é de assistência
72 médica e não de saúde, na questão do recurso é preciso mudar a maneira de trabalhar, investindo no próprio
73 setor, tive uma conversa com o prefeito em que ele disse que todo dinheiro que for economizado na
74 Secretaria que for para o Tesouro vai ficar para a própria Secretaria investir em promoção da saúde que diz
75 ser uma maneira de modificar o modelo, outro esclarecimentos sobre a questão do fechamento do Centro de
76 Saúde Primeiro de Maio e esclarece também sobre a sua participação e a do Secretário Marílio Malagutti nas
77 reuniões do Conselho, com relação ao jornal, questiona as críticas do conselheiro Paulo e explica os
78 objetivos do mesmo, havia no Fundo destinado à AIDS um dinheiro que era para gastar com publicidade,
79 impressão de material, tendo sido feita uma avaliação com o pessoal da AIDS, hoje essa doença está
80 crescendo mais na camada mais pobre da população que não estava sendo atingida pela propaganda da
81 AIDS, o dinheiro estava sendo muito gasto com as ONGs – Organizações Não Governamentais, que são
82 pessoas de melhor nível intelectual e têm um grau de informação maior, coloca que o jornal foi feito com
83 economia e serão 50 mil exemplares em papel de qualidade razoável, afirmando se a Secretaria não tivesse
84 feito essa intervenção esse dinheiro teria gasto sem nenhuma repercussão social, com promoções que não
85 atingem o povão, o jornal não custou nada para o FMS. O secretário geral Roberto consulta o plenário se
86 haverá discussão do questionamento feito pelo conselheiro Paulo ou apenas a votação do orçamento, foi
87 decidido a votação. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio disse que o CMS tem que ver a questão da verba
88 da AIDS, que segundo diz, é carimbada e é Lei Federal, alertando que o jornal da Secretaria é panfletagem
89 política e se alguém denunciar ao Ministério Público esse dinheiro poderá ser cortado, reafirma a proposta
90 dos extratos bancários sejam apresentados ao CMS. O secretário geral Roberto dos Santos justifica a
91 ausências das conselheiras Ana Mendes e Romélia. Na seqüência, Gilberto faz apresentação do Orçamento
92 esclarecendo que Orçamento do FMS é parte do orçamento geral da PBH, o orçamento feito pela Secretaria
93 recebeu modificações na prefeitura e foi discutido por duas vezes na CTF do CMS acrescentando que
94 apresentará apenas um resumo, segundo diz, já foi detalhado na Câmara Técnica, fala das fontes da receita
95 do FMS, recurso do Tesouro Municipal é R\$ 82.873 milhões, financiamento interno R\$ 20 milhões,
96 transferência da união R\$ 292 milhões, o total da receita da saúde previsto para 1999 é R\$ 397.433.196,00
97 (trezentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e noventa e seis reais), em seguida
98 apresenta a previsão das despesas pessoal e encargo R\$71.724.795,00 (setenta e um milhões, setecentos e
99 vinte e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais), despesas gerais R\$ 300.717.741,00 (trezentos milhões,
100 setecentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e um reais), despesas de capital (bens duráveis) R\$
101 21.242.893,00 (vinte e um milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais), custeio
102 da administração indireta, transferência para o HOB R\$ 1.713.567,00 (hum milhão, setecentos e treze mil,
103 quinhentos e sessenta e sete reais), orçamento participativo R\$ 2.034.200,00 (dois milhões, trinta e quatro
104 mil, duzentos reais), apresenta em seguida o documento comparativo entre o orçamento proposto pela
105 Secretaria e o que foi aprovado na Câmara Municipal de que, segundo diz, sofreu alterações na prefeitura, o
106 comparativo demonstra que houve corte de 10% na folha de pessoa, esclarece que nas transferências inter
107 governamentais (PBH/HOB) a Secretaria não tinha noção do que seria transferido e a prefeitura definiu o
108 valor, a previsão de despesas hospitalares, contratos e materiais também foram alterados, os valores previstos

109 para gastos em serviços anteriores, serviços pessoais, jurídicos, subvenções sociais e transferências a pessoa
110 (salário-família) foram mantidos, outros itens foram alterados e alguns não foram. A secretária da CTF,
111 conselheira Anadil faz a leitura do parecer na qual recomenda a aprovação do orçamento por terem sido
112 respondidos a todos os questionamentos levantados pela CTF e por considerar que não houve corte no teto da
113 plena de BH, pede aos conselheiros que tenham maior participação nas reuniões da CTF. O conselheiro
114 Evaristo Garcia diz estar surpreso com a diferença entre os valores colocados no orçamento seguridade, item
115 transferência da união na proposta da secretaria e no que foi encaminhado à Câmara Municipal que afirma
116 ser de mais de R\$ 100 milhões, questiona o remanejamento de recursos e a denominação de orçamento saúde
117 e saneamento, propõe que o CMS promova uma reunião com as comissões de direitos humanos e política
118 urbana da Câmara de Vereadores, com a Secretaria de Planejamento, assessoria da CV, Ministério Público e
119 Tribunal de Contas, ouvi dizer que a votação no CMS não tem valor jurídico, porque a atribuição é da
120 Câmara dos Vereadores. O conselheiro João Athayde pede esclarecimento sobre as despesas previstas,
121 perguntando a razão de R\$ 20 milhões para móveis e equipamentos e o valor bem inferior para investimento
122 em obras que na sua opinião deveria ser maior, citando problemas de área física em unidades da rede. A
123 conselheira Janine pergunta se a Câmara Técnica teve alguma assessoria para analisar os documentos,
124 avaliando que é difícil aos membros da Câmara Técnica fazer análise sem assessoria. O secretário geral
125 Roberto esclarece quando surge alguma dúvida a CT solicita ajuda dos técnicos da SMSA e entre os
126 membros da CT existem pessoas que entendem de orçamento. A conselheira Adélia chama atenção do CMS
127 referente aos recursos que o custo fornece para BH no valor de R\$ 80 mil reais, sendo que BH é referência
128 para o resto do estado, de cidades distantes como Diamantina, Almenara e outras, BH necessita de mais
129 recursos para atender a grande demanda dos hospitais e Centros de Saúde, há necessidade do CMS
130 manifestar junto ao estado esses valores. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio critica a proposta
131 orçamentária. O conselheiro Geraldo Mossem faz uma colocação sobre o questionamento da conselheira
132 Janine, com relação a omissão dos integrantes da CTF, uma vez que, somente dois ou três integrantes têm
133 participado das discussões, reuniões e sabendo-se que a CTF é de suma importância reforça o pedido dos
134 participantes ausentes. O conselheiro Cornellis declara sua frustração, mesmo sem ter a posição de técnico
135 orçamentário, com as tabelas de valores que são discutidas pela Câmara, sem saber como chegou a tal dados,
136 como por exemplo, aprovar um determinado valor para um obra que nem sabe qual a obra, há necessidade de
137 saber como chegou a tal dados, não somente ter valores e passar para o CMS aprovar, é preciso saber o que
138 está aprovando, o que fez chegar ao valor do orçamento. O conselheiro Antônio Gomes, observa que
139 pacientes que chegam do interior para ser atendido em BH são de certa maneira tratados com desdém, como
140 ocorreu hoje pela manhã no HOB, quando uma Kombi com quatro ou cinco pacientes vindos da cidade de
141 Betim foram deixados na porta, informou que é necessário uma assistência mais dinâmica, um atendimento
142 mais humano. A conselheira Joana faz um apelo para que as pessoas que fazem parte da CTF se esforcem
143 para estar presentes às reuniões, pois, é fundamental porque mesmo as poucas pessoas que se apresentam às
144 reuniões é que estão se empenhando e tendo a cooperação de outras pessoas entendidas para fazer um bom
145 trabalho. O conselheiro João Athayde, esclarece que o orçamento é uma estimativa de gastos e informa ainda
146 que o Conselho anterior, existia uma parceria entre a CTF e CTCA, ou seja, a CTF faz uma estimativa
147 orçamentária e a CTCA avalia, o que é preciso não só fazer a verificação financeira mas também acompanhar
148 e avaliar fazendo assim um trabalho conjunto de avaliação chegando a uma estimativa mais precisa. O
149 participante Gilberto diz que o orçamento é feito em cima dos gastos anteriores dentro dos critérios mais
150 precisos, contando com a participação dos distritos por pessoas de suma responsabilidade. O orçamento é
151 feito para as necessidades básicas, ou seja, pega-se a receita e veja o que é prioridade e depois quando sobra
152 recursos aí eles são usados em bens de investimento, estou à disposição para quaisquer esclarecimentos que
153 se fizer necessário no 8º andar. O conselheiro José Bonifácio questiona sobre a folha de pagamento da
154 categoria dos terceirizados da PBH que é de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) por mês, o orçamento
155 para 1999 será de R\$ 78 mil (setenta e oito mil reais), com base em R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais),
156 será R\$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais) haverá então redução de pessoal ou salário. Foi
157 respondido pelo Gilberto que há três categorias de pessoal, o que são concursados da PBH, os que são
158 emprestados pelo estado e os terceirizados que estão na linha de prestadores de serviços, cada categoria tem
159 seu valor e folha separada. O conselheiro Evaristo Garcia disse que foi encaminhado à mesa o orçamento
160 aprovado pela Câmara dos Vereadores, as pessoas interessadas poderão consultar, foi proposto à mesa entrar
161 em contato com as Comissões de Recursos Humanos e Política Urbana da Câmara Municipal de BH para
162 fazer uma reunião conjunta com a Secretaria de Planejamento, poder judiciário e as respectivas assessorias

163 para discutir o Orçamento Municipal do Projeto 923/99 para o exercício financeiro de 1999, pois, se
164 preocupa que o Projeto use o Artigo 6º do referido projeto para suplementação com os nossos recursos, ou
165 seja, usando os nossos recursos para suplementar os deles, já que o Vereador André Quintão votou contra a
166 Emenda Paulão. O secretário geral Roberto dos Santos disse que foi colocado a proposta de encaminhamento
167 em votação. O 2º secretário João Athayde faz proposta de encaminhamento e na realidade a Câmara
168 Municipal antecedendo o CMS já aprovou, mas isto não exclui a responsabilidade do CMS de avaliar, é
169 preciso que o plano de gestão seja passado para o CMS, saber se a prefeitura, a SMSA quer para 1999, com
170 relação ao orçamento sua proposta é que não vote hoje, mas que aguarde o plano de gestão da prefeitura para
171 que faça uma avaliação. Em seguida é colocada em votação a proposta de orçamento do CMS para 1999, faz
172 a leitura do parecer da CTF, “Parecer da CTF se reuniu em 24/11/98 para apreciação do projeto de
173 orçamento da SMSA, que esta Câmara dos Vereadores para ser votada, resolve dar seu parecer favorável a
174 aprovação por ter sido respondido a todos os questionamentos feita a esta Câmara e por não ter apresentado
175 cortes no teto da plena de BH, BH, 24/11/98”. Em seguida é colocado em votação uma defesa a favor e outra
176 contra, sendo a defesa à favor é de se fazer já aprovação e a contra é esperar que o CMS também avalie a
177 proposta orçamentária em cima do plano de gestão da prefeitura e votar mais futuramente. O conselheiro
178 Paulo Roberto Venâncio deu seu parecer de adiar a votação, pois, esperava aguardar o plano de gestão da
179 prefeitura para então o CMS dar sua aprovação. A conselheira Adélia disse que a votação de hoje é em
180 respeito ao trabalho das Câmaras Técnicas, uma vez que, a gestão 94/96 tenha sido criada, votada e aprovada
181 para facilitar e viabilizar o trabalho do CMS, isso não invalida a possibilidade de discutir a questão, é
182 esclarecido que a votação está sendo feita para o orçamento de 1999. Em seguida o secretário geral inicia a
183 votação nominal. O 2º secretário João Athayde faz observação durante o processo de votação não pode haver
184 nenhum tipo de manifestação no plenário é preciso o respeito por parte dos colegas. O conselheiro Antônio
185 Carlos propõe que seja anulado o processo de votação feito até este instante e que recomece novamente. O
186 secretário geral, Roberto dá encaminhamento da mesa e a proposta vencedora foi a proposta 2, foram feitas
187 três abstenções. O conselheiro José Bonifácio disse não estar a vontade para votar em uma peça orçamentária
188 para 1999, deveria ter chegado ao CMS no plenário em setembro, uma vez que já foi aprovada pela Câmara
189 Municipal só resta acompanhar sua aplicação e não votar em uma questão que já foi aprovada pela Câmara.
190 A conselheira Cleide disse que absteve seu voto mas não está desautorizando o parecer da Câmara Técnica, o
191 voto se tornou flexível, ou seja, sujeito a mudança, não estou desaprovando o trabalho da Câmara Técnica. O
192 conselheiro Geraldo Mossem absteve o voto por questão das Câmaras Técnicas terem um pouco mais de
193 credibilidade por parte dos conselheiros, diz estar preocupado com a conselheira Cleide não aprovar o
194 trabalho da CT, sabendo-se que às vezes realmente há questões que são polêmicas difíceis, é necessário uma
195 discussão, as vezes é por este motivo que a CT está tão vazia, é preciso mais seriedade e compromisso por
196 parte dos colegas. A representante do financeiro Paola disse que o Relatório Financeiro 1999, 1º e 2º
197 semestre foi discutido com o parecer da CTF e por sugestão do conselheiro Paulo Roberto Venâncio, gostaria
198 de saber se querem ouvir o parecer da CTF ou já pode passar para votação. Em seguida a conselheira Cleide
199 faz a leitura do parecer da CTCA “o parecer da CTCA 1º e 2º semestre financeiro da SMSA, deu-se parecer
200 favorável a aprovação com pedidos de esclarecimento nos seguintes pontos: 1 – sobre o valor destinado a
201 UFMG, quais os procedimentos mais usados nesta entidade para a SMSA, já foi feito pedido por meio de
202 ofício ao DEPLAR mais de três vezes sem resposta; 2 – verificamos que o contrato de firmas terceirizadas e
203 constatamos que o servido contratado custa à SMSA em valor unitário, uma valor superior em mais de duas
204 vezes no mesmo cargo efetivo, não porque o servido terceirizado ganhe mais do que o efetivo mas porque
205 esta diferença de valores ficam para as firmas. A CTCA recomenda não só que os contratos terceirizados
206 sejam revistos mas que os mesmos sejam substituídos por concurso público, somente nesta ação serão
207 economizados ao longo prazo, BH, 26/11/98.” A conselheira Cleide disse que irá pegar a lista de presença
208 dos conselheiros que têm participado das reuniões da CTCA e a lista dos que formam a CTCA para que os
209 mesmos assumem a responsabilidade de cooperar e não deixar somente para duas ou três conselheiros
210 tomarem decisões, agradece o apoio prestado à CTCA pelo conselheiro Lauro que tem ajudado a cada
211 reunião nas discussões do orçamento, é preciso a participação de todos os conselheiros para agilizar o
212 trabalho. A proposta da conselheira Cleide é favorável com pedidos de esclarecimentos em deixar as
213 questões, disse que primeiro será respondido pela CTCA a respeito dos procedimentos que são feitos pela
214 Faculdade de Medicina da UFMG, quem vai responder é a CTCA que está aguardando resposta oficial
215 encaminhada à instituição, o relatório financeiro é a única coisa que tem o valor pago à instituição não tem
216 como abrir os procedimentos que são pagos a eles e quem avalia esses procedimentos é a CTCA, quanto aos

217 funcionários terceirizados, pede que a Secretaria faça a revisão de todos os contratos e sugere que os mesmos
218 sejam substituídos por concursados. A representante do Departamento Financeiro Paola, informa que essa
219 sugestão quem tem que pedir ao gabinete da SMSA é a Mesa Diretora do CMS, quanto a revisão dos
220 contratos, deverão ser revistos com a intenção de diminuir os valores que são pagos a empresas terceirizadas,
221 inclusive duas ou três empresas contratadas já estão em processo de licitação, as outras questões já foram
222 sanadas pela CTCA. O conselheiro Paulo Venâncio disse que houve discussão e a preocupação do CMS em
223 algumas questões para ajudar as Câmaras Técnicas quanto o plenário de compreender este relatório de gestão
224 é se a SMSA tem levado estas questões, essas modificações ao CNS. A ex-secretária geral Simone Dutra
225 disse que queria dar uma ajuda de vez em quando à Câmara Técnica. Questiona a Paola quando disse que
226 tem os números, mas não tem os procedimentos que foram realizados pelo HC, coloca que quando foi
227 secretária geral no CMS foi discutido que era fundamental que o relatório financeiro viesse junto com o
228 relatório de gestão onde se vê o número de quanto gastou no financeiro, é o que deveria estar acontecendo,
229 agora é que aprova ou não o financeiro e fazer um paralelo com o da gestão, é uma questão de colocar a
230 CTCA se ela tem os relatórios de gestão deste dois trimestres que o financeiro está em discussão. O
231 conselheiro Geraldo Mossem disse que está em fase de conclusão, o relatório de gestão 1º trimestre/98
232 apenas com uma pendência por falta de informação, recebemos ontem na reunião da CT o relatório de gestão
233 do 2º trimestre que foi passado aos membros da comissão e será discutida pelos mesmos. A conselheira
234 Adélia disse que há uma certa dificuldade em entender a função das Câmaras Técnicas e o que é parecer, o
235 parecer é uma conclusão de um estudo de qualquer problema da CT e chega a uma conclusão, parecer
236 favorável ou não, para facilitar o trabalho do plenário, para que a CT seja mais breve, agora o plenário pode
237 votar se é contra ou a favor mesmo que a conclusão seja favorável no plenário poderá votar contra, se votar
238 contra o parecer e for a maioria então, discute o que será feito, o que se vota é o parecer da CT e não a
239 conclusão. O conselheiro Antônio Carlos sugere um prazo para a SMSA decidir este caso dos contratados
240 que até mesmo for fazer concurso público. A representante do Financeiro Paola, disse quanto ao prazo por
241 diversas vezes o departamento financeiro procurou a CT falando da necessidade de apresentar o relatório no
242 plenário e sente incomodada de estar chegando o 1º trimestre/99 e ainda não foi apresentado o relatório do 1º
243 trimestre/98, entende as dificuldades, mudança do CMS, mas isto não pode permitir que o trabalho pare, tem-
244 se gastado muito tempo para analisar o que se gastava antes, a reuniões são marcadas, a Secretaria
245 comparece, mas somente um dos conselheiros estão presentes, assim como acontece na CTF também
246 acontece na CTCA, não apresentamos o relatório do 3º trimestre até apresentar o 2º semestre, porque não
247 adianta analisar as contas se elas não entrarão para dentro do CMS para serem analisadas, deveria ter mais
248 empenho por parte dos conselheiros para conseguir analisar as contas em tempo hábil e a questão da CTF
249 trabalhar com a CTCA é imprescindível para a resolução mais prática dos problemas. O secretário geral
250 Roberto dos Santos disse que a representante do financeiro está tentando apresentar as contas mesmo
251 havendo um atraso do HOB. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio disse que a questão de encaminhamento
252 está de acordo com o foi falado, a situação é aprovar o orçamento, o objetivo é votar o parecer. O conselheiro
253 Geraldo Mossem disse que quando assumiu a CT, estavam com todos os serviços atrasados, nos reunimos
254 uma vez por semana de forma exaustiva, analisando caso por caso, por exemplo: saúde mental, urgência e
255 emergência, ultra-sonografia, os procedimentos de modo geral realizado nos gerenciamento da SMSA foram
256 objetos de discussão de forma bitolada, aqui tem vários companheiros que estão participando e fizemos
257 basicamente no último trimestre/97, algumas recomendações para a SMSA e neste relatório do 1º trimestre é
258 basicamente as mesmas coisas, teve-se algumas pendências como o caso do Resgate que vimos, discutimos e
259 outras questões, é preciso a participação dos representantes do governo, não tem faltado subsídio,
260 informações, só que mudamos a maneira de trabalhar, embora reunimos toda semana. O participante Eduardo
261 Leal reconhece a ausência nas reuniões anteriores do CMS, pois estava no período de campanha eleitoral, a
262 situação do Conselho atual está em caos, se o Conselho não consegue definir o parecer da CT com discussão
263 do Conselho, não cumpre suas tarefas mínimas de resolver os problemas aqui passados, não demora muito o
264 Conselho ser desclassificado politicamente e ser responsável pelos caos, que a saúde da população de BH
265 está vivendo muitas vezes responsável por questões até mesmo não cabe ao CMS resolver, podendo chegar
266 até mesmo a ser acusado na imprensa de ser um grande obstáculo nas resoluções do problema da saúde de
267 BH, as pessoas que estão aqui foram apoiadas, assumiram uma responsabilidade, um compromisso, talvez
268 agora fosse a hora de pensar, dividir, delegar tarefas em nome da preservação de tudo que se consegue
269 construir até hoje no ponto de vista do Controle Social. O conselheiro Evaristo solicita à mesa diretora avisar
270 aos Centros de Saúde o dia da reunião ordinário do CMS e os funcionários que quiserem participar serão

271 bem vindos, ultimamente estamos opinando as irregularidades da gestão passada e reestruturando este
272 Conselho, solicito a presença do poder judiciário. O secretário geral Roberto dos Santos disse que foi feita a
273 votação em consenso do relatório financeiro 1º e 2º trimestre de 1998. O conselheiro Antônio Carlos
274 concorda com a aprovação do orçamento unificando sua proposta de estipular um prazo para a SMSA
275 convocar ou não um concurso para terceirizados. A representante do financeiro Paola disse que quanto ao
276 concurso público não é o CMS que tem que dar um prazo para SMSA abrir concurso, o CMS tem que fazer
277 uma proposta de encaminhamento para a Secretaria para abrir concurso. O secretário geral Roberto dos
278 Santos solicita que alguém da SMSA faça parte da mesa, em seguida Leonardo compõe a mesa. O
279 conselheiro Antônio Carlos informa que foi à Brasília nos dias 28/11 e 29/11/98 e disse que no encontro
280 aprendeu muitas coisas mas infelizmente ficaram sem almoço e jantar e somente no último dia questionaram
281 a recepção do Hotel e foram informados de que teriam direito às refeições, sugere que tais eventos é mais
282 econômico fazer hospedagem em tipos de diárias quando for um número menor de pessoas. A representante
283 do financeiro Paola explica que a diária é permitida somente para funcionários, mesmo assim tem que
284 solicitar como foi solicitado o hotel com refeição, a proposta é aceita. O presidente do Sindicato dos
285 Médicos, Ricardo disse que há uma necessidade urgente de convocar uma conferência de saúde, a situação
286 da saúde em BH nunca se agravou tanto como nos últimos seis meses, gostaria de exercer com franqueza
287 quanto ao posicionamento com relação a saúde em BH, especificamente os médicos, pedi a presença do
288 Secretário de Saúde para estar aqui pois, fomos acusados por sermos responsáveis pela mazelas de saúde e só
289 conseguimos parar com essas agressões quando movemos uma ação no CRM por falta de ética do prefeito e
290 do Secretário Municipal de Saúde que responde em nome do prefeito, não viemos ao CMS discutir essas
291 questões porque achamos as questões da saúde são mais relevantes, não temos interesse de confundir estas
292 questões e nem sermos acusados de corporativismo como temos sido acusados pelo secretário, de início
293 todos os setores públicos tem que cumprir suas obrigações as quais foram eleitos. O Sindicato dos Médicos é
294 uma instituição corporativa tem como obrigação constitucional defender o médico, no entanto o sindicato
295 especificamente os médicos têm sido acusados pelo Secretário de Saúde, isto é, motivo até de uma questão
296 no CRM de corporativismo contra a população, tenho uma cópia mimeografada, fotografadas de todas as ações
297 do Sindicato nestes últimos três anos que saiu na imprensa, como também as ações que fizemos nos
298 movimentos nacionais para serem submetidos a vocês, qualquer acusação de corporativismo inclusive o
299 balancete do Sindicato dos Médicos está sendo enviado para prestação de contas do Sindicato para dizer o
300 quanto foi gasto no movimento da saúde, trouxe não só a Cartilha que desenvolvemos achando que o estado,
301 as pessoas pressionassem a justiça para conseguir internações, mas todas as atuações que tivemos e mais
302 fazemos um desafio aos conselheiros, secretários e prefeitos se em algum momento o sindicato agiu de forma
303 corporativa em detrimento da população, somos corporativos, é nosso dever defender a corporação dos
304 médicos, é uma pena que o estado, os prefeitos, os governadores de um modo geral não são corporativos com
305 a população. O Sindicato vai muito além disso e o desafio está colocado aqui para qualquer um de vocês, se
306 o Sindicato teve algum comportamento contra a população nestes últimos quatro anos e digo melhor desde
307 1981, portanto o curriculum do Sindicato está aqui e este processo é válido para todos, a questão está
308 acontecendo em BH hoje, é de tal qualidade por isso que estamos solicitando que se discuta a necessidade
309 para se fazer uma Conferência Municipal de Saúde, seja o que for, mas que seja deliberativo, porque as
310 pessoas estão morrendo com o discurso que classifico como populista, as pessoas estão escolhendo
311 responsáveis pelas mazelas que a saúde pública de BH tem passado nestes últimos meses, principalmente.
312 Primeiro foi o PT, foi dito aqui, tenho gravado não sou do PT, posso falar isto muita liberdade, que era o
313 responsável, como todos os políticos falam entram e culpam a gestão anterior, só que o compromisso era
314 continuar a gestão anterior e não acabar com o processo, falo isto porque já vi várias vezes isto aqui, fizemos
315 greve contra o Patrus, mas tinha por ele um respeito enorme, essas acusações que foram feitas aqui de mal
316 versação de dinheiro público e de falta de política de saúde, parece linhares e há o motivo de se queimar
317 alguém aí, porque o CMS participou deste processo há muito tempo, pena que o PT deveria estar aqui para se
318 defender, não eu necessariamente, porque não sou ligado ao PT, acusar-se os médicos que são responsáveis
319 pelas mazelas da saúde, agora estão acusando os usuários das cidades vizinhas, será que o Secretário de
320 Saúde ou o prefeito ou os próprios conselheiros são corporativos em relação a resolver só os seus problemas
321 e negar os remédios para a população, acho um crime, o Conselho tem a necessidade de deixar bem claro que
322 os políticos são eleitos para nos representar justamente porque individualmente não temos como resolver
323 estes problemas, ou seja, trabalho em Posto de Saúde e diariamente tenho visto pessoas voltarem com
324 receitas médicas para casa sem remédios, sendo que esses remédios existem nas prateleiras porque são de

325 outras cidades, qual é o sentido disso, o prefeito de qualquer cidade não só de BH tem a obrigação tanto de
326 defender sua população quanto brigar com o prefeito de Contagem. Cobrar um instituto aprovado há vários
327 anos da Câmara dos Vereadores um ressarcimento não só do setor privado, como também de outras
328 prefeituras, através do consórcio como foi, o que não pode é penalizar o paciente isto é criminoso, dito
329 totalmente desumano de um discurso populista que é muito perigoso num momento em que estamos vivendo,
330 nesse momento há necessidade do prefeito de qualquer cidade exigir do prefeito vizinho ou ressarcimento em
331 relação a esses remédios o que não pode é negar, demos uma entrevista coletiva para a imprensa com relação
332 a isso, as pessoas de repente com pensamento burocrático acham legítimo isso negar para as pessoas
333 remédios que estão na prateleira, desde o mês de Agosto deste ano, os remédios essenciais a vida das pessoas
334 que vão morrer e não vão fazer barulho porque vão entrar na estatísticas de mortes naturais, estão faltando
335 nos Postos de Saúde os remédios como: Nifidipina, Metildopa, para vários pacientes que atendo, estou tendo
336 um comportamento de dar receitas para os pacientes sabendo que eles não irão tomar os remédios, onde está
337 o dinheiro que é para comprar estes medicamentos, o que estamos vendo nestes últimos seis meses, pedi para
338 o pessoal comparecer à reunião para fazermos um debate em relação a isto, para não ficar uma acusação
339 também leviana e há necessidade, não sei se vocês estão sentido isso, enquanto usuários, mas é que o sistema
340 desmontou em BH e temos que reagir, não podemos escutar e ver isso diariamente e possivelmente achar que
341 a lógica da discussão política e a lógica do sistema administrativo é assim mesmo e tem que ser, não é assim,
342 não é por isso que foi criado a universalidade dentro do SUS, não é para isso que foi criada essa garantia que
343 é dos Conselhos de Saúde, é para protestarem contra isso, ou seja, o Conselho um dia se não fizer nada vai
344 ser acusado de corporativismo, como o médico é acusado também de não defender os pacientes de outra
345 cidade, esse papel de negar remédio não é dos médicos, não é do Conselho, não é da administração e nem é
346 do prefeito, o papel da administração municipal é brigar com o prefeito das outras cidades para que eles
347 façam o ressarcimento para que tenham remédio para os paciente, porque eles não fazem, é uma pergunta
348 pertinente a ser feita, será que é a mesma base parlamentar, será que é mais agradável deixar que o paciente
349 fique perambulando de um lugar para o outro com uma receita na mão que ele não via conseguir, porque não
350 será ofertado a ele em Contagem que nem tem o sistema de saúde e nem vai comprar, ou seja, o paciente vai
351 morrer. Com relação ao PSF, é um momento de chamar o David Capistrano que teve uma reunião com a
352 SMSA para se implantar o PSF como um projeto que particularmente aprovo, defendo e funciona desde que
353 a intenção de implantá-lo seja verdadeira e não de criar fato político. O David teve uma reunião e disse que
354 não há menor condição de ser implantado em BH, porque as pessoas não têm competência e nem vontade
355 política de implantá-lo, é de enorme gravidade criar uma ilusão para as pessoas que vai ser implantado um
356 projeto de saúde, mas para a mídia divulgar e não necessariamente implantá-lo, com isso, o processo de caça
357 as bruxas nestes últimos cinco meses é um dos principais responsáveis pelo sentimento de falta de motivação
358 dos médicos, pessoas, funcionários de ter havido em algum momento com pessoas aqui, pelo que sabemos
359 com grande pânico na rede pública, um pânico criado pelas ameaças da Secretaria tem feito com relação as
360 pessoas se elas não trabalharem adequadamente eles são demitidos, punidos, o que não pode é fazer ameaças
361 e depois não fazer nada, tem ocorrido aqui neste CMS muito discurso e pouca ação, com relação aos dados
362 que foram apresentados, para dizer que os médicos atendiam poucos pacientes e pediam muitos exames,
363 pegamos dados da própria SMSA e encaminhamos ao CMS os dados divulgados pela SMSA eram falsos, os
364 dados da própria SMSA sobre pedidos de exames por consultas, deve estar também incluído o retorno de
365 0,97 por consulta e na clínica média de adultos é de 16% das consultas demandam estes exames, este fato
366 não é verdadeiro, os encaminhamentos para as especificidades era de um volume enorme que prejudicava,
367 porque era um gargalho justamente nas consultas de especialidade, verificamos os próprios números da
368 SMSA, através da CT pedimos ao CMS e observamos que 72% das consultas de clínica médica são
369 encaminhados para a especialidade, 38% das consultas de pediatria são encaminhadas para as especialidades,
370 ou seja, este fato colocado que os médicos estavam inadimplentes com a sua profissão não eram verdadeiros,
371 isto é muito grave. O presidente do CMS divulgar dados que não são corretos e a partir desses dados os seus
372 conselheiros terem que votar para criar uma disseminação que naquele momento, os médicos eram culpados
373 dos problemas de saúde, os médicos, coloco aqui em não contradiz e tem defeitos que infelizmente não difere
374 das contradições do resto da sociedade que também tem seus limites e as suas contradições, no entanto, como
375 presidente do Sindicato dos Médicos, conheço as contradições, iríamos atrair os médicos para o serviço
376 público ou por mais que se bata no médico, qual é a alternativa dele que tenha uma base econômica
377 diferenciada e uma expectativa financeira também diferenciada é de sair do serviço público, é isso o que está
378 acontecendo ao invés de atrair os médicos, entendendo suas contradições nós fazemos uma reivindicação

379 salarial no ano passado e coloco que fizemos este ano uma reivindicação salarial do PIS que foi a última
380 colocada e nem por isso fizemos pressão nenhuma para ser resolvido, fizemos pressão pela qualidade em
381 relação as consultas e com relação as doze consultas, a questão de colocar 15, 20 a primeira coisa a pensar é
382 em qualidade para atender as pessoas em 35 minutos, esta é a política de saúde e de qualidade da prefeitura.
383 Com relação específica a questão dos médicos há vários médicos do ambulatório do HOB, estamos em
384 negociação em que sentido está Dr. Ciro que é o responsável pelo ambulatório, vários médicos lá há vários
385 anos, trabalham numa carga menor do que 20 horas, isto tem que dito, pois, é assim que é feito vários anos, o
386 sindicato não pode solicitar, isto foi conversado com Drª Maria Luíza, Dr. Ciro, nós iríamos reivindicar a
387 redução de carga horária de ninguém, mas que caso a caso seriam estudados, porque até tem pessoas idosas
388 que há 20 anos estão trabalhando, elas tem uma forma de atender as pessoas e que este caso seria estudado,
389 fizemos um acordo neste sentido. A redução de consultas do HOB por ser este processo há anos e podemos
390 discutir aqui a qualquer momento com vocês. O sindicato não reivindicou a redução de carga horária, isto
391 não é papel do médico, mas estudar caso a caso isto foi abordado no HOB de se publicar no jornal ontem, a
392 responsabilidade de redução de consultas era de absenteísmo em relação aos médicos, agora isto acontece há
393 anos, as consultas foram reduzidas, a responsabilidade não é esta, os médicos fizeram uma proposta de
394 atender em quatro turnos para continuar o atendimento com o mesmo número de consultas, isto deve ser
395 discutido, mas durante este processo de negociação acho leviano ir para a imprensa e mais uma vez culpar os
396 médicos de responsabilidade administrativa do hospital se ele acha que os médicos são inoperantes eles têm
397 até mesmo condições de demitir inclusive já falei para os médicos, o que não pode é acusar a categoria toda,
398 numa caça às bruxas que começou com os médicos, mais uma vez começou com o PT, acusando o PT de
399 levianidade com relação à SMSA e por último acusando indiretamente o prefeito Patrus Ananias. Qual é o
400 motivo disso? Em relação à Dengue o que estamos observando mais uma vez é a transferência de
401 responsabilidade para a população daquilo que é responsabilidade do Estado, uma coisa é convocar a
402 população a ajudar a SMSA e outra coisa é transferir para a população a responsabilidade que é da SMSA
403 em relação à Dengue, o comitê da Dengue foi destituído à SMSA para ficar paralisada durante meses porque
404 não havia proposta política a ser feita, em relação ao alívio que o setor administrativo pode sentir é este
405 processo que nós estamos passando para a sociedade deveres que são do Estado, os cidadãos da sociedade
406 pegar a receita e sair procurando remédio e brigar com o prefeito e o governador Newton Cardoso, vê se o
407 cidadão tem condições de brigar com o prefeito para fazer isto por ele, é covardia, fazer com que o paciente
408 fique por aí, perambulando para conseguir remédio, com relação ao pânico é um processo que vamos
409 encaminhar para questão de direitos humanos, o pânico que se instalou na SMSA, que todos vocês são
410 testemunhas das ameaças, das perseguições e de pessoas que eram da antiga gestão da SMSA, que estão num
411 processo sendo extremamente rancoroso, perseguidos pela atual administração, isto é, um absurdo, gostaria
412 de pedir a vocês a necessidade de ouvir Drª Maria Luíza em relação a isto, tenho certeza que saiu aqui no
413 jornal não é verdadeiro, os médicos estão sendo responsáveis por este processo, a necessidade de uma
414 convocação urgente de uma Conferência Municipal de Saúde extraordinária não é para se acharem culpados,
415 porque não vamos fazer o mesmo papel que fizeram conosco, mas é para se achar um rumo político para BH,
416 fomos os primeiros a processar o presidente FHC e viemos aqui no CMS comunicar isso que estávamos
417 processando a ele por falta de recursos, não há para se colocar culpados o tempo inteiro e não colocar uma
418 política de saúde, qual a política de saúde da prefeitura, se com todas estas criticas, o Sindicato dos Médicos
419 ainda com todas as criticas a prefeitura coloca uma política de saúde justa e correta para a população, vamos
420 apoiar e os documentos estão aqui de todos os últimos anos, não vai faltar Sindicato, nem mesmo dos
421 médicos este apoio. Não vamos fazer uma medicina de quinta categoria, mas inclusive o próprio o CMS
422 determine que o médico vá atender a demanda livre, estar falando do ponto de vista de médico não vamos
423 fazer medicina da 5ª categoria, essa é a política da prefeitura, vamos fazer oposição a esta prefeitura, não há
424 como concordar com isto, não sei como este processo de solicitação é feito em relação a uma convocação de
425 conferência extraordinária, acho que a população está pedindo socorro para vocês e sinto que vocês têm
426 coração para dar essas respostas, não sei se as pessoas estão sentindo a gravidade, estava falando com uma
427 jornalista o tamanho da gravidade de dar uma receita para o paciente e saber que ele não vai ter como
428 conseguir estes medicamentos, se há algum problema econômico, há de pressionar o governo federal e o
429 governo estadual imediatamente o Sindicato dos Médicos irão perfilar junto à prefeitura para pressionar o
430 governo federal, como várias vezes já fizemos, o que não pode é a ausência de política de saúde em BH,
431 devíamos chamar o David Capistrano para falar do PSF, da experiência que tem para BH, qual a proposta em
432 relação ao atendimento em Posto de Saúde, porque tem se fechado tanta coisa e nada resolvido, fizemos uma

433 proposta e foi um encaminhamento nosso, conversei com a Dr. Maria Luíza no HOB sobre a questão dos
434 médicos que são de contratos administrativo, o que eu peço é que essa forma de trabalho de contrato seja
435 discutido várias vezes, é perversa e não cria equipes, você tira essa pessoa que é substituída por outra, na
436 urgência há necessidade de formar equipes e demora praticamente dez anos para se formar uma equipe, BH
437 tem carência de equipes com experiências, não aqueles que são substituídos ao oposto do estado, o que é
438 muito fácil administrar, se você não tem compromissos legais com aquele funcionário, você demite e admite
439 a hora que quiser, hoje parece que foi aprovado na Câmara Municipal a prorrogação de mais seis meses dos
440 contratos administrativos, este é o tempo necessário para se desencadear um concurso público que até mesmo
441 dê pontos para as pessoas que já são há muito tempo contratados, isto é, critérios que vocês irão discutir mas
442 é inadmissível que daqui a seis meses nós tenhamos que ir ao público, a imprensa procura os vereadores para
443 prorrogar os contratos administrativos por mais uma vez. O CMS tem poder para isto de imediatamente
444 pedir, já que foi prorrogado por mais seis meses os contratos administrativos que desenvolvem o processo de
445 concurso público, é inadmissível que uma prefeitura com praticamente dois anos que é continuidade de uma
446 outra, de quatro anos toda vez que vai se discutir, afirma que irão fazer um levantamento e se em seis anos
447 não fez é porque não quiseram, se a prefeitura não tem condições de levantar esse número, acho que
448 podemos no movimento sindical, isto não é demagogia, que se pague uma auditoria privada, o que eu acho
449 uma perversidade, uma pena, já que o setor público não tem coragem de fazer. O secretário geral Roberto dos
450 Santos justifica a ausência da conselheira Jô Moraes por não continuar até o final da reunião. O representante
451 da SMSA Leonardo agradece a reflexão do presidente do Sindicato dos Médicos, Dr. Ricardo e discorda da
452 posição que deixou a saúde, falando dos caos dos últimos seis meses que a saúde vem enfrentando como
453 dramaticamente, todo o sistema que se tenha feito particularmente, mesmo trabalhando na gestão anterior
454 pelo tempo de um ano e meio discordo pelo seguinte ponto: nenhuma das propostas que se havia discutido
455 nos governos anteriores houve sinalização de determinação ou algo parecido para essas propostas que se
456 desenvolviam fossem interrompidas, novas propostas de discussões realmente foram sinalizadas, BH-Saúde,
457 PSF, o Cadastramento, o PACS e outras, mas pode citar alguns exemplos de avanços que através de módulos
458 organizativos internos quer seja humanos, financeiros, tecnológicos que essa prefeitura disse nos últimos seis
459 meses em diante conseguiu realizar, faço isso com muita tranquilidade, muita sinceridade, porque fiz parte da
460 gestão anterior do Dr. Athos de Carvalho, podemos avançar e muito a população, tem sentido isso através da
461 ação, municipalização sanitária, paramos de fiscalizar pão de queijos, leite, água e estamos indo para as
462 farmácias, vendo a qualidade dos hospitais, estamos fazendo diversas ações de municipalização da vigilância
463 sanitária que trouxe avanços significativos tornando a vigilância sanitária referência de BH, nacional e
464 estadual, esse é um exemplo concreto de ações efetivas que essa SMSA vem desempenhando, podemos citar
465 as ações de Zoonoses com altos índices, manifestação larvária, alto índice de ovos esparramados decorrente
466 da última epidemia, conseguimos não empurrar o dever que é nosso da instituição pública, mas conseguimos
467 trazer como aliados efetivos no combate à Dengue a população, através de uma mobilização organizadora
468 inteligente, com a adoção de seu quarteirão com o SOS-SAÚDE, porque sabemos que Dengue é multifatorial
469 e com solução intersetorial, não da SMSA, envolve a COPASA, SLU, SUDECAP, URBEL e a população,
470 não adianta omitirmos nessa discussão com a população, porque a população é co-responsável, porque se diz
471 isso, a SLU limpa as ruas, os lotes e a população joga pneus, garrafas e etc. e isto é educação sanitária, disso
472 nós não vamos omitir, é trazer a população como parceira aliada nas soluções de problemas que não é só da
473 SMSA, aliás da própria população e isto foi um grande avanço, estamos através deste trabalho de
474 mobilização permanente conseguindo conter até agora uma epidemia que teve em proporção catastrófica
475 anteriormente, podemos citar o guia cidadão que foi um ato de coragem deste governo que desafogou os
476 problemas de internações de urgência, conseguimos internar pacientes em estado grave com este guia isso foi
477 um avanço significativo e foi trazido para este CMS e o mesmo aplaudiu esta iniciativa da SMSA fato este,
478 não tinha ocorrido até então como gestor da gestão passada pude ver que esta foi uma medida de coragem,
479 administrativa e que trouxe benefícios para a comunidade, podemos citar como um ato de coragem e um ato
480 que está melhorando o nosso sistema, o retorno dos profissionais em disponibilidade com ou sem ônus para
481 outros órgãos, todos estes profissionais que estão voltando, todos eles estão sendo lotados nos PAMs, para
482 melhorar nossa referência secundária de atendimento especializado, o nos Centros de Saúde para melhorar
483 nosso atendimento básico nos UPAS para melhorar nosso atendimento de urgência, dentistas, ACDS, THDS
484 e profissionais administrativos também estão retornando e isso está melhorando nossos sistemas a medida
485 que incrementa novos recursos para o atendimento da população e esta é uma medida corajosa que foi
486 tomada e que está melhorando o sistema, podemos dizer também da reorganização do apoio diagnóstico,

487 tínhamos algumas unidades de laboratório distritais, laboratório central, com uma capacidade de produção
488 alta e que vinha operacionalizando com 50% e comprovando serviços de apoio diagnósticos dos laboratórios
489 contratados, isto porque, tinha uma inércia gerencial, não quer dizer que tem que ter uma política de
490 perseguição, pressão, mas sim uma reorganização interna que nos permite melhorar e utilizar nossa própria
491 capacidade para que deixe de comprar exames de empresas particulares para que sobre recursos para investir
492 com outras áreas de prioridade e foi uma medida que tomamos que tem tido um retorno positivo, podemos
493 dizer que, a reorganização do apoio terapêutico já chegou o momento da comunidade deste CMS até mesmo
494 na Conferência como Dr. Ricardo sugeriu para chamar, discutir amplamente de quem é a responsabilidade na
495 dispensação de apoio, medicamento, porque BH tem que arcar sozinha com o ônus de dar medicamentos
496 para todos pacientes oriundos, dos municípios vizinhos, sabemos que é penoso ver as pessoas bater em
497 nossas portas pedindo remédio e muitas vezes nós temos e não negamos, nem estamos negando e
498 publicaremos uma portaria da SMSA que foi trazido a este CMS na reunião passada que vamos dar
499 medicamentos para pacientes agudo desde que gerado nas nossas unidades assistenciais, para paciente
500 crônicos e orientar que este medicamento é por um tempo específico e que deve retornar para seus
501 municípios de origem. Convidamos todos os municípios da região metropolitana de BH, hoje à tarde estarão
502 reunidos a equipe técnica da Faculdade de Farmácia para que consiga resgatar o consórcio inter municipal de
503 política de assistência farmacêutica, porque já chegou a hora de discutirmos isso, como fica BH nesta
504 situação financeira que o FMS está e os cortes do governo federal, temos que chamar os outros municípios
505 para a responsabilidade, não vamos omitir, a sociedade tem que saber, não somos os únicos responsáveis por
506 ser uma metrópole para cobrir toda a política assistencial de todos os municípios vizinhos, Santa Luzia por
507 exemplo, recebe per capita de R\$ 10 reais. O secretário geral Roberto dos Santos disse que a mesa propõe
508 que seja discutido na próxima reunião do CMS no mês de janeiro, a questão da saúde em BH. O conselheiro
509 Paulo Roberto Venâncio dá seu parecer colocando que a SMSA traga todos os extratos bancários do FMS. O
510 conselheiro Antônio Carlos faz observações em respeito às falas propostas, as acusações colocadas pelo
511 presidente do Sindicato dos Médicos e que o Luciano não respondeu, mas que o CMS tem que avaliar como
512 os dados do Sindicato e o da SMSA, disse que tem que ser apurado e sobre a presença do Dr. David
513 Capistrano, sobre o PSF, BH não tem condições de implantar, o que foi colocado pelo Dr. José Serra em
514 Brasília que o CNS exige que suspenda os contratos municipais e estaduais que são feitos aleatoriamente,
515 que tem que haver concurso público, foi falado também das 20 horas dos médicos sendo colocado que os
516 médicos atendem os doze pacientes em uma hora, denunciou o atendimento de quinta categoria, o médico
517 trabalha uma hora e vai embora e as três horas tem que ser avaliado se ele merece ganhar as três horas, em
518 todas essas questões devem ser discutida na mesa. A ex-secretária geral do CMS, Simone disse que com
519 relação ao que saiu no jornal lembrando que quando foi discutido sobre o PSF aqui na SMSA, seria
520 implantado no Taquaril e agora o jornal informa que ele será implantado no Vera Cruz, o que preocupa é que
521 o Taquaril vem com 20 mil habitantes e fica na divisa de Sabará com Nova Lima, apesar de ser ainda
522 Taquaril, o que está acontecendo no Taquaril é que nem as equipes de Dengue não entram no setor que
523 pertence a Sabará para fazer detetização devida e o mosquito da Dengue não tem fronteira, tem alguma coisa
524 a ver com o mapeamento que o Dr. Ricardo colocou porque é divisa de municípios. O secretário geral
525 Roberto dos Santos coloca em votação e define que a votação foi por consenso ficando para a próxima
526 reunião do CMS em janeiro a questão de Saúde em BH com a apresentação da SMSA com os extratos
527 bancários do FMS. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a
528 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo secretário-geral e 2º secretário. Belo Horizonte, 03
529 de dezembro de 1998.
530 RCMC/vld